

**CARTA DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DO RS (V
CESANS-RS**



A V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul, realizada no período de 15 a 17 de setembro de 2011, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, com a participação de 600 delegados e delegadas da sociedade civil e de segmentos governamentais expressa a culminância de um amplo processo de mobilização e realização de conferências municipais, regionais e territoriais de segurança alimentar e nutricional que envolveu mais de 200 municípios do Estado. Em consonância com o processo preparatório da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem como tema “*Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos*”, os participantes analisaram os avanços, ameaças e perspectivas para a soberania e segurança alimentar e nutricional na perspectiva da realização do direito humano à alimentação adequada e saudável, identificaram propostas para a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como para a construção da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no país, no estado e nos municípios

Nesta Conferência, que reuniu uma diversidade de representações da sociedade civil e do Estado, nos alegramos e compartilhamos múltiplas experiências que já vem ocorrendo na realização das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, mas também identificamos lacunas e propostas que queremos compartilhar com a sociedade e o Governo do Estado para que possamos garantir o direito à alimentação adequada e saudável a todo nosso povo.

AVANÇOS

- A diversidade de formas organizativas sociais e o modelo agrícola com predominância de módulos da agricultura familiar e agricultura tradicional, incluindo amplo número de empreendimentos de inclusão, social, produtiva e economia solidária;
- SISAN em Construção: Conferência, CONSEA, Câmara Intersecretarias;
- Mobilização social crescente para o Tema de Soberania e Segurança Alimentar;
- A replicação competente das Políticas Públicas Federais de Inclusão Social;
- Forte iniciativas na operação do Programa de Aquisição de Alimentos e das compras da agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação do Escolar;
- Isenção do ICMS para as compras da Agricultura Familiar para o PNAE – Medida Implementada pelo governo do Estado;
- Plano SAFRA do Governo Estadual;
- Projeto de Lei de Compras Públicas;
- Programa do governo Estadual de combate a pobreza - RS Mais Igual;

AMEACAS

- No RS coexistem dois modelos de desenvolvimento:
 - agroexportador/agronegócio (caracterizado pelas grandes propriedades, monoculturas intensivas, uso intenso de agroquímicos, equipamentos e máquinas modernas, baixa



utilização de mão de obra, disseminação intensiva de sementes transgênicas e agrotóxicos).

- agricultura familiar e camponesa(constituído por unidades de produção diversificadas, geradoras de trabalho e renda, voltadas prioritariamente ao mercado interno e à produção de alimentos para o autoconsumo e a soberania e segurança alimentar e DHAA).
- Histórica concentração da terra, a existência de contingentes de terras improdutivas, o conflito no campo, falta de uma política estadual de distribuição da terra;
- Uso abusivo e nocivo de agrotóxicos e tecnologias transgênicas;
- Derrota recente liberação do feijão transgênico, ameaçando a base da cultura alimentar do povo Brasileiro (cf. Moção sobre transgênicos);
- Crescentes manifestações de mudanças climáticas, agravadas pelo uso inadequado de recursos naturais nas práticas de agricultura e modelo industrial urbano;
- Sobrepeso e obesidade crescente;
- Desperdício e má distribuição dos alimentos;
- A diminuição do valor orçamentário Estadual para a Secretaria de Agricultura e desenvolvimento rural, pesca e cooperativismo para a gestão 2012 a 2015.

DESAFIOS IMEDIATOS

- Garantir o DHAA a quase 25% das pessoas no estado em insegurança alimentar e nutricional, segundo IBGE-2011, especialmente para as 306,6 mil pessoas vivendo com menos de R\$ 70,00 por mês;
- Adotar medidas imediatas de busca e atenção e inclusão aos povos, pessoas, comunidades, famílias que não possuem os requisitos mínimos para aderir ao Bolsa Família;
- Desburocratizar e ampliar de forma ostensiva a feitura de documentos de identificação e os demais necessários, para acessar o Sistema de Proteção Social, para as Políticas Públicas de SAN e aos seus respectivos equipamentos;
- Reconhecer quando na elaboração de Políticas, programas, projetos e ações públicas a extrema vulnerabilidade das pessoas negras, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, pessoas vivendo em regiões de difícil acesso, em regiões de risco ambiental;
- Adotar a agroecologia como o modelo de Produção sustentável de alimentos;
- Instituir uma Política Estadual e Nacional de Produção e Abastecimento de Alimentos, que atenda desde a questão da distribuição da terra até a promoção do consumo consciente de alimentos;
- Adotar medidas públicas de reconhecimento, incentivo e estímulo da agricultura urbana e periurbana;
- Desenvolver políticas públicas para as mulheres: quanto o acesso a terra, incrementos financeiros desburocratizados, capacitação para o desenvolvimento de seus



empreendimentos e demais ações que estimulem a geração de oportunidades de educação, trabalho e renda tanto às mulheres vivendo no meio rural, quanto às que vivem periferia urbana;

- Instituir medidas de regulação, preservação e recuperação da agrobiodiversidade, especialmente focada na preservação e recuperação dos biomas, impedindo qualquer tipo de atividade econômica que ameace estas reservas naturais;
- Instituir Política Estadual de distribuição da terra e mecanismos de mediação de conflitos agrários;
- Implementação de uma Política Pública de Educação Alimentar e Nutricional, no âmbito da Saúde e da Educação;
- Desenvolver ações efetivas de combate ao desperdício de alimentos, acompanhadas de educação da população para o consumo consciente dos alimentos;
- Estabelecer normativas regulatórias da propaganda de alimentos infantis;
- Adesão efetiva do Governo do Estado do RS para implantação do SISANS;
- Participação do governo do Estado do RS na IV CNSAN para adesão ao SISAN;
- Implantação dos SISAN no Estado e nos Municípios do RS;
- Confirmação do processo de implantação das políticas de SANS através do estabelecimento de Planos de SANS no Estado e nos Municípios Gaúchos;
- Dinamização da CAISAN-RS para que produza as ações intersetoriais indispensáveis para consolidação da política de SANS no Estado;
- Apoio à Delegação Gaúcha à IV CNSAN para que a mesma leve as grandes decisões da V CESANS-RS;
- Empenho para que os orçamentos Estaduais e Municipais tenham identificações concretas com as políticas e ações de SANS propostas para o Estado e para os Municípios.